

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

CARLOS DE ALMEIDA BRAGA - ANTONIO AMÉRICO BRANDI - ROBERTO GREJO
DÉBORA PIRES MARCOLINO - EDUARDO JOSÉ DA SILVA BRANDI - FERNANDA ROCHA OTONI GUEDES
FRANCISCO LÁZARO RODRIGUES MUNHOZ - HÉRCIO SILVEIRA BARROS - IZILDA FERREIRA MEDEIROS - JOSÉ PAIS SOBRINHO - SUELI RODRIGUES



EX.MO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA
CIANORTE - PR

VARA CÍVEL DA COMARCA DE

INDÚSTRIAS TÊXTEIS RENAUX S/A., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Centenário, 201 - Brusque - SC, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 082.982.075/0001-80, por seus advogados e procuradores bastante (docs. 1 e 2), ao final assinados, vem perante Vossa Excelência, com base no Decreto-Lei 7.661/45, propor o presente.

PEDIDO DE FALÊNCIA

em face de PRINCY'S IND. COM. DE CONF. LTDA., com endereço na Av. Paraíba, 945 - Cianorte - PR, inscrita no CGC(MF) sob o n.º 085.520.104/0001-80, inscrição estadual n.º 833-03747, pelo que aduz:

A Requerente celebrou contrato de venda mercantil, a crédito, com a requerida, tendo entregue regularmente a esta as mercadorias, no valor histórico de R\$ 64.144,02 (Sessenta e quatro mil cento e quarenta e quatro reais e dois centavos), representado pelas duplicatas mercantis seguintes, não pagas apesar dos protestos tirados, com os quais a Requerente despendeu a importância de R\$ 1.076,80 (Hum mil setenta e seis reais e oitenta centavos). (docs. anexos)

SÃO OS TÍTULOS

TÍTULO	VALOR	VENCIMENTO	NOTA FISCAL / CONHEC. TRANSP. PROT. PELO DEVEDOR.
DP 19320-1A	4.291,28	29.11.97	19320/358027

PROTOCOLO JUDICIAL INTEGRADO

Distribuidor da Comarca de Campo Mourão - PR

Certifico que recebi a presente petição em
02/03/00, às 13:50 horas, conforme
determinado na Resolução n.º 04/98 do Tribunal de
Justiça, remetendo-a:

- ☐ ao Protocolo Central do Tribunal de Justiça
☐ ao Protocolo Central do Tribunal de Alçada
☐ à Seção de Protocolo de 1.º Grau da CGJ
☒ ao Cartório Distribuidor da comarca de
CIANORTE - PR

Certifico ainda que:

- ☒ efetuei a transmissão via fax na data supra.
☐ deixei de efetuar a transmissão na data supra
em razão de que _____

O REFERIDO É VERDADE E DOU FE

Assinatura (nome completo)

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

Reg. Nº 080-00

Livro 1-M Fls. 25

Distribuído a V. CÍVEL

Em 03 / 03 / 2000

Distribuidor Judicial

PROTOCOLO

CERTIFICO QUE A PRESENTE PETIÇÃO
FOI APRESENTADA NESTA DATA

CIANORTE
PR

08 MAR. 2000 às 16:30 horas

CARTÓRIO DA VARA CÍVEL E ANEXOS
Titular - Bel. VIRGILINO F. VARELLA

ap:

Oficial: 35.00

cl. 7000 pago

em quei 23.03.2000
10:30

Vara Cível

435.00

1000

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

CARLOS DE ALMEIDA BRAGA - ANTONIO AMÉRICO BRANDI - ROBERTO GREJO
DÉBORA PIRES MARCOLINO - EDUARDO JOSÉ DA SILVA BRANDI - FERNANDA ROCHA OTONI GUEDES
FRANCISCO LÁZARO RODRIGUES MUNHOZ - HÉRCIO SILVEIRA BARROS - IZILDA FERREIRA MEDEIROS - JOSÉ PAIS SOBRINHO - SUELI RODRIGUES



DP 19320-1B	4.292,00	09.12.97	19320/358027
DP 19320-1C	4.292,00	19.12.97	19320/358027
DP 19771-1A	1.731,74	08.12.97	19771/360590
DP 19771-1B	1.732,00	18.12.97	19771/360590
DP 19771-1C	1.732,00	28.12.97	19771/360590
DP 19773-1A	1.335,83	08.12.97	19773/360591
DP 19773-1B	1.337,00	18.12.97	19773/360591
DP 19773-1C	1.337,00	28.12.97	19773/360591
DP 21093-1A	1.629,10	14.01.98	21093/008875
DP 21093-1B	1.630,00	24.01.98	21093/008875
DP 21093-1C	1.630,00	03.02.98	21093/008875
DP 21429-1A	4.272,51	25.01.98	21429/418577
DP 21429-1B	4.274,00	04.02.98	21429/418577
DP 21429-1C	4.274,00	14.02.98	21429/418577
DP 21436-1A	252,26	25.01.98	21436/418576
DP 21436-1B	251,00	04.02.98	21436/418576
DP 21436-1C	251,00	14.02.98	21436/418576
DP 18861-2A	4.635,41	28.07.98	18861/536029
DP 20612-2B	376,00	13.08.98	20612/545743
DP 20612-2C	376,00	23.08.98	20612/545743
DP 20612-2D	376,00	02.09.98	20612/545743
DP 20612-2E	376,00	12.09.98	20612/545743
DP 20994-2A	6.981,02	27.08.98	20994/556240
DP 21252-2A	4.950,98	31.08.98	21252/556657
DP 22896-2A	5.527,89	28.09.98	22896/466512

Os protestos foram tirados por falta de pagamento e, nos termos do art. 10 do Decreto-Lei 7661/45 é desnecessário o protesto especial. Assim é o entendimento reiterado de nosso tribunais. Veja a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. FALÊNCIA. PROCEDIMENTO ESPECIAL. EXECUÇÃO COLETIVA. INAPLICABILIDADE DO ART. 542, § 3º, CPC. IMPONTUALIDADE DO DEVEDOR. CHEQUE. PROTESTO COMUM. SUFICIÊNCIA. PROTESTO ESPECIAL. ART. 10, DL 7.661/45. DESNECESSIDADE. RECURSO DESACOLHIDO.

O recurso especial interposto em agravo de instrumento manifestado contra decretação de falência não deve permanecer retido nos autos, por não se tratar de hipótese descrita no art. 542, § 3º, CPC, com a redação dada pela Lei 9.756/98.

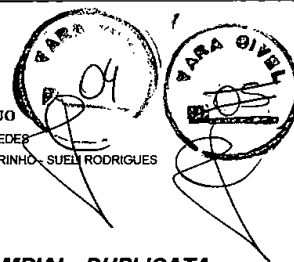
O cheque levado a protesto regular, na forma da legislação dos títulos de crédito, é título hábil para instruir o pedido de falência, suprimindo a exigência do "protesto especial" referido no art. 10 do Decreto-Lei 7.661/45.

Não se configura a divergência jurisprudencial a ensejar o acesso à instância especial a dessemelhança entre as situações fáticas do acórdão impugnado e do paradigma.

(RESP 203791/MG; RECURSO ESPECIAL (1999/0012242-9) DJU 28/06/1999 P.122, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira; j. 8/6/1999 - 4ª TURMA).

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

CARLOS DE ALMEIDA BRAGA - ANTONIO AMÉRICO BRANDI - ROBERTO GREJO
DÉBORA PIRES MARCOLINO - EDUARDO JOSÉ DA SILVA BRANDI - FERNANDA ROCHA OTONI GUEDES
FRANCISCO LÁZARO RODRIGUES MUNHOZ - HÉRCIO SILVEIRA BARROS - IZILDA FERREIRA MEDEIROS - JOSÉ PAIS SOBRINHO - SUELI RODRIGUES



FALÊNCIA. CARACTERIZAÇÃO. PROTESTO CAMBIAL. DUPLICATA. VALIDADE. IRREGULARIDADE NA EFETIVAÇÃO DO PROTESTO. SUMULA/STJ ENUNCIADO N. 7

SEGUNDO PONTIFICA A MELHOR DOUTRINA NACIONAL, 'OS TÍTULOS DE CRÉDITO, SUBORDINADOS AO PROTESTO COMUM, ESCAPAM A NECESSIDADE DO "PROTESTO ESPECIAL".

AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DEFINIDAS NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, NO SENTIDO DA IRREGULARIDADE NA EFETIVAÇÃO DO PROTESTO CAMBIAL, DE SORTE A TORNÁ-LO INSERVÍVEL PARA INSTRUIR O REQUERIMENTO DA FALÊNCIA, NÃO PODEM SER REVISTAS NA INSTÂNCIA ESPECIAL, MERCÊ DO VETO CONTIDO NO ENUNCIADO N. 7 DA SUMULA DESTA CORTE.

(RESP 50827/GO ; RECURSO ESPECIAL (1994/0020100-1) DJU 10/06/1996 , P:20334 ; Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira j. 27/5/1996 – 4ª TURMA – V.U.).

Veja-se ainda julgados do Tribunal de Justiça do Paraná, citados no acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina ao decidir o Agravo de Instrumento n.º 98.012118-3 de Jaraguá do Sul, Relator Des. Pedro Manoel Abreu:

"Falência – Protesto especial e protesto cambial – Distinção – Lei de Falências, art 10. Só os títulos não sujeitos a protesto cambial, como a sentença judicial, a verificação de contas, o recibo de aluguel, a certidão da dívida ativa, é que não dispensam o protesto especial referido no art. 10 da Lei de Falências, como pressuposto de constituição do processo falimentar. Os títulos de crédito propriamente ditos, subordinados ao regime do protesto comum, podem instruir pedido de falência apenas com o protesto cambial" (TJPR 3ª CC., Ap. Civ. n.º 0022006-9, de Curitiba, rel. Des. Nunes do Nascimento, j. 16.02.93, in DJPR de 17.03.93).

"FALÊNCIA – PEDIDO INSTRUÍDO COM DUPLICATA NÃO-ACEITA ACOMPANHADA DO COMPROVANTE DA ENTREGA DAS MERCADORIAS – PROTESTO ESPECIAL – INEXIGIBILIDADE.

Apelação Cível – Falência – Duplicata inaceita acompanhada do comprovante da entrega das mercadorias – Título de crédito que enseja pedido de quebra – Protesto especial – Prescindibilidade, ante o protesto cambial comum – Recurso provido para afastar a carência da ação. A duplicata não aceita mas acompanhada do comprovante da entrega de mercadorias constitui título executivo extrajudicial (RSTJ, vol. 62/441) e, pois, enseja o pedido de falência do respectivo devedor, sendo inexigível o protesto especial (art. 10, da Lei de Falências), bastando o cambial comum" (TJPR, 5ª CC., Ap. Civ. n.º 45.375-4, rel. Des. Waldemir Luiz da Rocha, j. 06.08.96).

"Falência - Instrução do pedido com títulos de crédito regularmente protestados – Protesto especial – Desnecessidade.

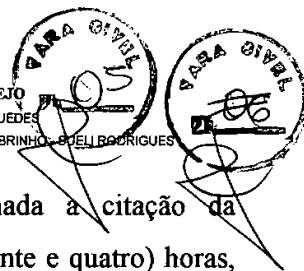
"O instrumento de protesto comum supre o protesto especial previsto no artigo 10 da Lei Falimentar – Apelação provida para que recebida a inicial, prossiga o processo em seus ulteriores termos" (TJPR, 1ª CC., Ap. Civ. n.º 1.280/89, de Curitiba, rel. Des. Cordeiro Machado, j. 12.12.89).

RUA NESTOR PESTANA, 87 - 2º ANDAR - CEP 01303.900 - FONE: 0 XX 11 3156-4877 - SÃO PAULO - SP
FAX(011) 258-5046 - E-mail: car@abe.com.br - CAIXA POSTAL 2793 - CEP 01060-970



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

CARLOS DE ALMEIDA BRAGA - ANTONIO AMÉRICO BRANDI - ROBERTO GREJO
DÉBORA PIRES MARCOLINO - EDUARDO JOSÉ DA SILVA BRANDI - FERNANDA ROCHA OTONI GUEDES
FRANCISCO LÁZARO RODRIGUES MUNHOZ - HÉRCIO SILVEIRA BARROS - IZILDA FERREIRA MEDEIROS - JOSÉ PAIS SOBRINHO - SUELI RODRIGUES



Assim, requer a V.Ex.a. seja determinada a citação da requerida, na pessoa de seu representante legal, para que em 24 (vinte e quatro) horas, apresentar defesa ou elidir este pedido, depositando o principal, acrescido da despesa de protesto, corrigido monetariamente, juros de mora e custas processuais, no valor de R\$ 79.665,40 (Setenta e nove mil seiscientos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos) – conforme demonstrativo do débito em anexo – e honorários advocatícios, a serem arbitrados, tudo nos termos da Súmula 29 do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de, não o fazendo, ser-lhe decretada a quebra.

MEMORIAL DESCRITIVO DO DÉBITO

É o seguinte o demonstrativo de atualização do débito da Requerida, mediante utilização dos Índices constantes da Tabela pratica para calculo de Atualização monetária dos débitos judiciais do tribunal de Justiça.

VALOR A SER ATUALIZADO

R\$ 4.291,28 em Novembro/97
R\$ 17.789,57 em Dezembro/97
R\$ 7.783,87 em Janeiro/98
R\$ 10.680,00 em Fevereiro/98
R\$ 4.635,41 em Julho/98
R\$ 12.684,00 em Agosto/98
R\$ 6.279,89 em Setembro/98

ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO

Novembro/97 21,336223
Dezembro/97 21,368227
Janeiro/98 21,490025
Fevereiro/98 21,672690
Julho/98 22,186619
Agosto/98 22,124496
Setembro/98 22,016085
Janeiro/00 23,881262

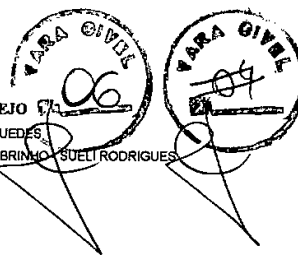
A - CORREÇÃO MONETÁRIA

R\$ 4.291,28	:	21,336223	x	23,881262	4.802,99
R\$ 17.789,57	:	21,368227	x	23,881262	19.881,62
R\$ 7.783,87	:	21,490025	x	23,881262	8.649,79
R\$ 10.680,00	:	21,672690	x	23,881262	11.768,20
R\$ 4.635,41	:	22,186619	x	23,881262	4.989,27
R\$ 12.684,00	:	22,124496	x	23,881262	13.691,12
R\$ 6.279,89	:	22,016085	x	23,881262	6.811,89



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

CARLOS DE ALMEIDA BRAGA - ANTONIO AMÉRICO BRANDI - ROBERTO GREJO
DÉBORA PIRES MARCOLINO - EDUARDO JOSÉ DA SILVA BRANDI - FERNANDA ROCHA OTONI GUEDES
FRANCISCO LÁZARO RODRIGUES MUNHOZ - HÉRCIO SILVEIRA BARROS - IZILDA FERREIRA MEDEIROS - JOSÉ PAIS SOBRINHO - SUELI RODRIGUES



B - JUROS (6% AO ANO)

R\$ 4.802,99	x	(0,5%	x	27 meses)	624,38
R\$ 19.881,62	x	(0,5%	x	26 meses)	2.584,61
R\$ 8.649,79	x	(0,5%	x	25 meses)	1.037,97
R\$ 11.768,20	x	(0,5%	x	24 meses)	1.412,18
R\$ 4.989,27	x	(0,5%	x	19 meses)	449,03
R\$ 13.691,12	x	(0,5%	x	18 meses)	1.232,20
R\$ 6.811,89	x	(0,5%	x	17 meses)	544,95

C - DESPESAS C/ PROTESTO

R\$ 312,90 em Dezembro/97
R\$ 104,80 em Janeiro/98
R\$ 300,30 em Fevereiro/98
R\$ 77,70 em Agosto/98
R\$ 211,75 em Setembro/98
R\$ 69,35 em Outubro/98

Atualização

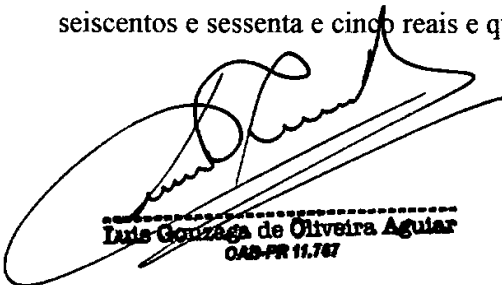
R\$ 312,90	:	21,368227	x	23,881262	349,62
R\$ 104,80	:	21,490025	x	23,881262	116,30
R\$ 300,30	:	21,672690	x	23,881262	330,75
R\$ 77,70	:	22,124496	x	23,881262	83,82
R\$ 211,75	:	22,016085	x	23,881262	229,49
R\$ 69,35	:	21,947835	x	23,881262	75,22

Subtotal 1.185,20

D - VALOR DA CAUSA (A+B+C) 79.665,40

Requer, seja concedida a autorização de que fala o artigo 172, § 2º do Código de Processo Civil, a favor do Sr. Oficial de Justiça, encarregado das diligências.

Dá-se a presente, o valor de R\$ 79.665,40 (Setenta e nove mil seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos).


Luis Gonzaga de Oliveira Aguiar
OAB-PR 11.767

Termos em que,
Pede Deferimento.
São Paulo, 9 de Fevereiro de 2000.

ROBERTO GREJO
OAB/SP-52.207

RG/MMN/CIL - Proc. n.º. 0275-07



PROCURAÇÃO

INDÚSTRIAS TÊXTEIS RENAUX S/A, substabelecida na Rua Centenário, 201, Centro, na cidade de Brusque, com CGC nº 82.982.075/0001-80, representada pelos seus Diretores Gilberto Renaux e Paulo Renaux subscreve pelo presente instrumento de procuração geral, para o foro, nos termos do artigo 38 do Código do Processo Civil, nomeia e constitui seus bastante procuradores, os advogados CARLOS DE ALMEIDA BRAGA, ANTÔNIO AMÉRICO BRANDI, ROBERTO GREJO, devidamente inscritos na ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB), respectivamente sob os nºs 15.470 RJ e suplementar nºs 52.657-A-SP, 18456-RJ, 52.207-SP, e no CPF sob nºs 003.485.037-68, 095.846.687-49, 193.772.238-49, com escritório no endereço abaixo aos quais outorga, em conjunto ou separadamente, os poderes das cláusulas Ad Judicia e Extra Judicial para o foro em geral, em qualquer unidade da Federação e perante qualquer Instância, podendo praticar todos os atos do processo, em especial os de confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre os que funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, representá-la na conciliação, podendo acordar e assinar o termo, requerer e acompanhar falência, habilitar créditos e cedê-los a quem convier, protestar títulos, endossar cheques de devedores para depósito bancário, requerer a instauração de inquéritos policiais, formular queixas-crime, substabelecer e, em especial para atuar na Ação judicial contra PRINCY'S IND COM DE CONF LTDA, dando tudo por bom, firme, e valioso.

Brusque, 07 de Outubro de 1999.

GEVAERD

GEVAERD

INDÚSTRIAS TÊXTEIS RENAUX S/A



TABELIONATO GEVAERD
Rua Felipe Schmidt, 15 - Ed. Ilse - Sala 5
Cx. Postal 14 - Fone/Fax: (047) 351-3799
CEP 88.350-000 - BRUSQUE - SC

RECONHECO por semelhança a(s) assinatura(s) o
Gilberto Rinause
Paulo Rinause
+ do que dou fé.

Brusque/SC

11 OUT. 1999

Em testº Jes da verdade.

☒ SILVIA MARIA SCHAEFER - Tabelã
☐ LEILA LUDIN ZANIBONI - Tabelã Substituta
☐ LILIAN S. W. GEVAERD - Escrevente
☐ MARLENE C. VALLE - Escrevente

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

CARLOS DE ALMEIDA BRAGA - ANTÔNIO AMÉRICO BRANDI - ROBERTO GREJO

DÉBORA PIRES MARCOLINO - EDUARDO JOSÉ DA SILVA BRANDI - FERNANDA ROCHA OTONI GUEDES - FRANCISCO LÁZARO RODRIGUES MUNHOZ

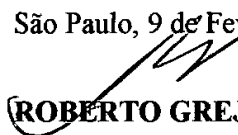
HÉRCIO SILVEIRA BARROS - IZILDA FERREIRA MEDEIROS - SUELI RODRIGUES



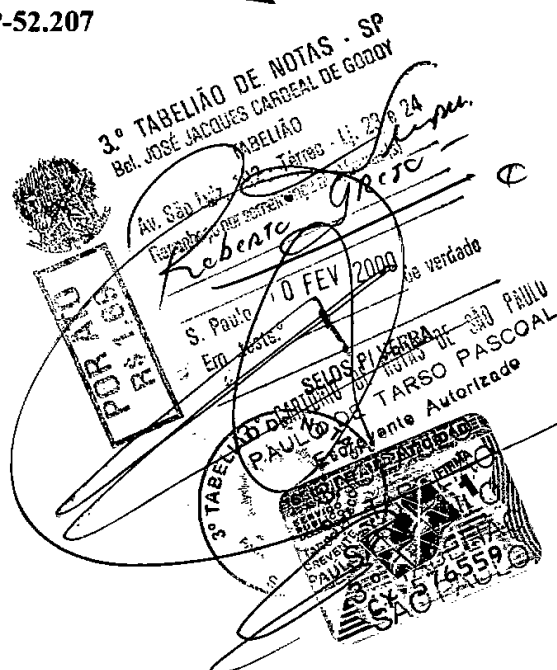
SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO, com reserva de iguais, ao **Dr. LUIS GONZAGA DE OLIVEIRA AGUIAR**, brasileiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/PR sob o n.º 11767, inscrito no CPF(MF) sob o n.º 412.467.806-68, com escritório à Av. Manoel Mendes De Camargo, 1111 – Campo Mourão - PR, todos os poderes que me foram outorgados por **INDÚSTRIAS TÊXTEIS RENAUX S/A**, para atuar na **DECLARAÇÃO DE FALÊNCIA** contra **PRINCY'S IND. COM. DE CONF. LTDA.**, com sede na Comarca de CIANORTE – PR.

São Paulo, 9 de Fevereiro de 2000.

ROBERTO GREJO 
OAB/SP-52.207

RG/MMN/CIL - Proc. n.º 0275-07





ESTATUTOS SOCIAIS CONSOLIDADOS

CAPITULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO.

Artigo 1º - A **INDUSTRIAS TÊXTEIS RENAUX S/A**, fundada em 1925 (um mil novecentos e vinte e cinco), é sociedade anônima que se rege pelos presentes estatutos e pelas disposições que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade tem foro e sede na cidade de Brusque Estado de Santa Catarina, podendo ter estabelecimentos, filiais, sucursais, agências, escritórios e depósitos em outros pontos do País, ou no Exterior onde conveniente for, a critério do conselho de administração.

Artigo 3º - A sociedade tem por objeto a exploração da indústria têxtil, bem como o seu comércio, exportação, importação podendo ainda dedicar-se à outras atividades comerciais ou outras empresas do mesmo ou de outros ramos, inclusive através de incentivos fiscais.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPITULO II - CAPITAL E AÇÕES.

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), dividido em 5.724.747 (cinco milhões, setecentos e vinte e quatro mil, setecentos e quarenta e sete) ações ordinárias e 11.449.480 (onze milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta) ações preferenciais, escriturais, sem valor nominal.

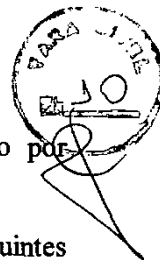
Parag. 1º - As ações em sua totalidade, serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de certificados, mantidas em conta de depósito em nome dos titulares em instituição financeira Autorizada.

Parag. 2º - A Instituição Financeira depositária, poderá, se autorizada pela companhia, cobrar dos acionistas o custo dos serviços de desdobramento e transferência de posição das ações, sempre que por estes solicitados.

Parag. 3º - O aumento do capital decorrente da correção monetária do capital social, dependerá de deliberação da assembléia geral que decidirá, em cada aumento, se a capitalização se procederá mediante emissão ou não de ações, e só será obrigatório quando o saldo da conta relativa à correção do capital social ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do capital social.

Parag. 4º - Quando o aumento do capital social gerar ações, a distribuição destas, obedecida a forma prevista no parágrafo 1º deste artigo, será efetuada no prazo máximo de 60 dias a contar da data da publicação da ata da Assembléia Geral que autorizar.





Artigo 6º - Cada ação ordinária, dá direito a um voto nas Assembléias, admitido voto por procurações, com as restrições legais.

Artigo 7º - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão das seguintes preferencias e vantagens:

- a) Prioridade da distribuição desde que haja lucro partilhável de um dividendo nao cumulativo de 8% ao ano sobre o valor do capital social realizado. Na hipótese do lucro partilhavel não bastar para a distribuição de um dividendo de 8% todo esse lucro partilhavel será repartido entre os titulares de ações preferenciais;
- b) participação nos lucros em igualdade de condições com os titulares de ações ordinárias, sempre que a estas for atribuido um dividendo superior a 8% (oito por cento) ao ano;
- c) participação em igualdade de condições com os titulares de ações ordinárias, nas bonificações em dinheiro ou títulos que a sociedade distribuir;
- d) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, na correção monetária do capital social;
- e) prioridade no reembolso do capital, até o valor das ações, em caso de liquidação da sociedade.

Artigo 8º - As ações perceberão um dividendo mínimo obrigatório, de 25% (vinte e cinco por cento), do lucro líquido apurado na forma da lei vigente, observado o disposto no art. 7. letra "A", destes estatutos.

Parag. 1º - As ações preferenciais passarão a ter direito de voto se durante três exercícios consecutivos não forem pagos os dividendos a elas atribuídos, direito que conservarão até que volte a ser pago dividendo.

Parag. 2º - Poderá a sociedade levantar balanço semestral e efetuar a distribuição de dividendo intermediário à conta de lucros apurados nestes balanços ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes.

CAPITULO III - DA ADMINISTRAÇÃO.

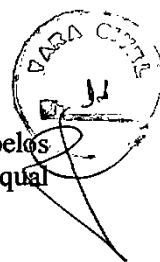
Artigo 9º - A sociedade será administrada por um conselho de administração e uma diretoria.

Artigo 10º - O conselho de Administração será constituído de até 7 (sete) membros, acionistas, com mandato por 3 (tres) anos, eleitos pela assembléia geral, permitida a reeleição. O prazo de gestão se estenderá até a investidura dos novos membros.

Artigo 11º - O conselho de administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente sempre que convocado por seu presidente e deliberará por maioria de votos, presentes a maioria dos conselheiros.

Parag. único - Nas resoluções do conselho caberá ao presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.





Artigo 12º- Em caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e funcionará até a primeira assembléia geral, a qual competirá decidir sobre o provimento efetivo do cargo.

Artigo 13º- Compete ao conselho de administração:

- a) elaborar e aprovar seu regimento interno;
- b) eleger seu presidente;
- c) a orientação geral dos negócios da sociedade;
- d) eleger e destituir os membros da diretoria e fixar-lhes as atribuições;
- e) fiscalizar a gestão dos diretores, aprovar os balancetes mensais, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre quaisquer atos;
- f) convocar a assembléia geral;
- g) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;
- h) deliberar sobre a emissão de ações ou bonus de subscrição;
- i) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), valor este corrigido mensalmente segundo a variação do IGP da FGV.
- j) escolher e destituir os auditores independentes;
- k) manifestar-se sobre a proposta de distribuição de lucros elaborada pela diretoria e encaminhá-la à assembléia geral, bem assim manifestar-se sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
- l) atribuir, individualmente, a cada membro da diretoria os seus honorários e ditar a sua participação no lucro da companhia;
- m) autorizar a instalação de estabelecimentos, filiais, agências, escritórios e depósitos;
- n) manifestar-se sobre os projetos de investimento cujo valor supere a vinte por cento (20%) do capital social da companhia;
- o) autorizar a participação da sociedade em outros empreendimentos;
- p) indicar os representantes da sociedade nos órgãos de administração das coligadas e controladas;
- q) deliberar sobre a contratação de Instituição Financeira Depositária das ações escriturais;
- r) deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias para colocação pública, nos termos da Instrução C.V.M. nº 134 de 01.11.90.

Artigo 14º- Compete ao presidente do conselho de administração:

- a) convocar as reuniões do conselho e as assembléias gerais;
- b) promover a execução de todas as decisões tomadas pelo conselho;
- c) presidir as assembléias gerais escolhendo dentre os acionistas o secretário.

Parag. Único- O presidente será substituído nos seus impedimentos ou ausências eventuais pelo conselheiro mais idoso.

Artigo 15º - A diretoria será composta de até cinco (5) membros sendo designado um presidente, um superintendente, dois diretores, um diretor adjunto, acionista ou não, eleitos pelo conselho de administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão da diretoria se estenderá até a investidura dos novos membros.

Artigo 16º - À diretoria, obedecendo o disposto no artigo 17. compete:

- a) a gestão de todos os negócios sociais;





- b) a representação da sociedade em juízo e fora dele;
- c) adquirir imóveis, máquinas e quaisquer objetos e utensílios;
- d) hipotecar, empenhar ou onerar de qualquer forma os bens sociais em operação de financiamento, assim como vender, no todo ou em parte, bens sociais até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), valor este corrigido mensalmente, segundo a variação do IGP da FGV, e acima deste valor só com autorização do Conselho de Administração;
- e) analisar as contas das sociedades coligadas e controladas e indicar os diretores que a representarão nas assembleias gerais das mesmas, ditando-lhes os votos.

Parag. Único- Os projetos de investimento cujo valor superem a 20% (vinte por cento) do capital social, deverão ser submetidos ao conselho de administração.

Artigo 17º- As correspondências, papéis, documentos envolvendo compromissos ou responsabilidades, obrigarão a sociedade quando firmados:

- a) por dois membros da diretoria;
- b) por um membro da diretoria e um procurador;
- c) por procuradores, desde que em operações especialmente autorizadas no instrumento de mandato.

Artigo 18º - Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de um membro da diretoria, o conselho de administração elegerá o substituto para complementação do mandato do substituído, ou se entender conveniente, determinará o preenchimento do cargo, cumulativamente, por outro diretor.

Artigo 19º - Compete privativamente ao presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da diretoria;
- b) coordenar as atividades sociais;
- c) supervisionar as atividades da sociedade, zelando para que sejam cumpridas as normas do presente estatuto, as diretrizes gerais fixadas pela assembleia geral, pelo conselho de administração e pela diretoria;
- d) exercer, nas reuniões da diretoria, além do voto pessoal, o de qualidade.

Parag. 1º - Ao diretor superintendente compete:

- a) substituir o presidente em suas ausências e impedimentos;
- b) assistir e auxiliar o presidente, bem assim, superintender as atividades que lhe forem deferidas pela diretoria.

Parag. 2º - Os membros da diretoria distribuirão, entre si, os encargos sociais, observando o que recomendar o conselho de administração.

CAPITULO IV - DO CONSELHO FISCAL.

Artigo 20º - O conselho fiscal não terá funcionamento permanente somente se instalando mediante deliberação da assembleia geral, nos casos previstos em lei, quando então será composto de até cinco (5) membros efetivos com igual número de suplentes.



Artigo21º - A assembléia geral que deliberar sobre a instalação do conselho fiscal, elegerá seus membros e fixará a remuneração, observando os ditames legais.

Parag.Único- O conselho fiscal terá as atribuições e poderes conferidos em lei.

CAPITULO V - DA ASSEMBLEIA GERAL.

Artigo22º - Anualmente, até abril, reunir-se-á a assembléia geral ordinária a fim de:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar ,as demonstrações financeiras;
- b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- c) decidir sobre a destinação da correção monetária do capital social.

Parag.único- A assembléia geral ordinária fixará o montante global da remuneração dos administradores, bem assim, a participação global dos mesmos no lucro da companhia, observado no que concerne a participação, que esta seja sempre igual ao teto previsto em lei.

Artigo23º- As assembléias gerais extraordinárias serão convocadas sempre que os interesses sociais o exigirem.

Artigo24º- As assembléias gerais terão a sua convocação, funcionamento e atribuições subordinadas as normas legais e a este estatuto.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Artigo25º- O ano social iniciar-se-á a 1 de janeiro e encerrar-se-á a 31 de dezembro, data em que se procederá, observadas as disposições legais atinentes à matéria, às demonstrações financeiras seguintes:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstrações dos lucros e prejuízos acumulados;
- c) demonstração do resultado do exercício;
- d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

Artigo26º- O lucro líquido, efetuadas as deduções previstas em lei, terão o destino que lhe atribuir a assembléia geral ordinária por proposta da diretoria, ouvido o conselho de administração.

Artigo27º- Sempre que a assembléia geral ordinária aprovar a distribuição de dividendos, estes serão pagos no prazo máximo de sessenta dias a contar da data da publicação da respectiva ata.

Artigo28º- Por proposta dos órgãos de administração, poderá a assembléia geral destinar parte do lucro líquido à formação ou reforço de reservas, bem assim, conceder uma subvenção à Sociedade Cultural e Beneficente Consul Carlos Renaux, para fins humanitários e culturais.

CAPITULO VII - LIQUIDACÃO.

Artigo29º- A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembléia geral ditar a forma porque a mesma se procederá.

CAPITULO VIII - DISPOSIÇÃO GERAL E TRANSITORIAS.

Artigo30º- Reverterão a favor da companhia os dividendos e o produto da venda das ações bonificadas ou de fração de direito de subscrição não reclamado, após permanecerem à disposição dos titulares durante tres (3) anos.

Artigo31º- O presente estatuto consolida e substitue os até agora vigentes, e entrarão em vigor na data de sua aprovação pela assembléia geral extraordinária.

Artigo32º- Os casos omissos serão regulados pela legislação aplicável e, subsidiariamente, pela assembléia geral e pelos órgãos administrativos da companhia.

ARQUIVADO SOB Nº 423000949/1/78 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA
CATARINA - FLORIANOPOLIS -
02/02/78.


INDÚSTRIAS TÊXTEIS RENAUX S.A.

